



University of
Texas Libraries



e-revist@s

Sumários.org



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 18, n. 12, art. 6, p. 107-123, dez. 2021

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2021.18.12.6>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



Vivência de Estressores Psicossociais no Trabalho Docente em Escolas Públicas

Experience of Psychosocial Stressors in Teaching Work in Public Schools

Letícia dos Santos Rosa

Graduada em Ciência e Economia pela UNIFAL-MG

Discente do Curso de Administração Pública da UNIFAL-MG

E-mail: srosal.leticia@gmail.com

Virgínia Donizete de Carvalho

Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UNIFAL-MG

E-mail: virginiadcarvalho@gmail.com

Endereço: Letícia dos Santos Rosa

Faculdade Santo Agostinho – Av. Valter Alencar, 666,
São Pedro, CEP: 64.019-625, Teresina/PI, Brasil.

Endereço: Virgínia Donizete de Carvalho

Universidade Federal de Alfenas – Av. Celina Ferreira
Ottoni, 4000, Padre Vítor, CEP: 37.048-395,
Varginha/MG, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 24/11/2021. Última versão
recebida em 08/12/2021. Aprovado em 09/12/2021.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar os estressores psicossociais presentes no trabalho dos docentes da educação básica da rede estadual no Sul de Minas Gerais, avaliando as diferenças de percepção dos estressores de acordo com o gênero e o nível de renda. A população se constituiu de 790 docentes atuantes em 20 escolas da rede estadual sul mineira e a amostra, não probabilística por conveniência, envolveu um total de 452 docentes. Estes responderam a um formulário sociodemográfico e laboral e à Escala para Avaliação de Estressores Psicossociais no Contexto Laboral (EAEPCL). As informações foram tratadas por meio da utilização de técnicas estatísticas descritivas e inferenciais, como o cálculo de frequências, médias, desvio padrão, testes *t* e análises de correlação. Os resultados obtidos indicaram que não houve diferença de percepção sobre os estressores entre professores do sexo feminino e masculino e os estressores mais destacados na percepção dos participantes, como um todo, foram a sobrecarga de papéis, o conflito trabalho-família, a pressão do grau de responsabilidade e a insegurança na carreira. Além disso, dentre esses, o único estressor cuja percepção se mostrou associada ao nível de renda foi aquele que tratou da insegurança na carreira.

Palavras-chave: Estressores Psicossociais. Docentes. Educação Básica. Escolas Públicas.

ABSTRACT

The aim of the study was to analyze the psychosocial stressors in the work of basic education teachers from the state education system, working in the southern region of Minas Gerais, evaluating the differences in the perception of stressors according to gender and income level. The population consisted of 790 teachers working in 20 schools in the southern state of Minas Gerais and the non-probabilistic convenience sample involved a total of 452 teachers. They answered a sociodemographic and work form and the Scale for Assessment of Psychosocial Stressors in the Work Context (EAEPCL). The information was treated using descriptive and inferential statistical techniques, such as calculating frequencies, means, standard deviations, *t* tests and correlation analysis. The results obtained indicated that there was no difference in the perception of stressors between female and male teachers and the most prominent stressors in the participants' perception, as a whole, were role overload, work-family conflict, responsibility and career development. Furthermore, among these, the only stressor whose perception was associated with the level of income was the one that dealt with career development.

Keywords: Psychosocial Stressors. Teachers. Basic Education. Public Schools.

1 INTRODUÇÃO

A ausência de condições dignas de trabalho nas organizações é uma das razões que contribui para ocasionar o estresse ocupacional. Segundo Paschoal e Tamayo (2004), o estresse é conceituado quando as exigências de trabalho são percebidas como excessivas pelos indivíduos, se constituindo em fatores que tendem a levar a um maior desgaste físico e/ou psicológico, resultando em consequências negativas para o trabalhador. Nas últimas décadas, tem se observado um crescente interesse no estudo do tema (e.g. ARAÚJO; GRAÇA; ARAÚJO, 2003; FARO; PEREIRA, 2013; ZANELLI, 2015), dada a dimensão que essa problemática vem assumindo nas sociedades.

Ademais, as pesquisas têm sinalizado, a partir de evidências, que em certas categorias profissionais esse problema tende a ser mais crítico (JOHNSON et al., 2005; GOMES et al., 2006) e dentre elas se encontra a docência. Variados têm sido os estudos que focalizaram o estresse laboral vivenciado pelos docentes, especialmente daqueles que atuam na educação básica (e. g. KOURMOUSI; ALEXOPOULOS, 2016; PEREIRA NETO; LONDERO-SANTOS; NATIVIDADE, 2019; VALLE; REIMÃO; MALVEZZI, 2011), os quais desempenham um papel essencial nas sociedades. Alguns achados de levantamentos anteriores contribuem, entretanto, para elucidar que essa questão tem se mostrado especialmente problemática no cenário brasileiro.

O movimento de intensificação do trabalho docente que caracteriza a atuação desses profissionais no país, a qual se manifesta seja por maior carga horária ou mesmo pelo maior número de papéis os quais devem desempenhar, considerando-se as deficiências das instituições, especialmente das escolas públicas, em termos da disponibilidade de equipes multidisciplinares de apoio ao professor (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019; ASSUNÇÃO; ABREU, 2019), contribuem na geração de diferentes fontes de tensão no trabalho. Estas últimas se referem ao que é denominado na literatura como estressores ocupacionais (COOPER; DEWE. O'DRISCOLL, 2001), os quais se encontram na gênese do processo de estresse, podendo ocasionar reações das mais diferentes naturezas, desde aquelas de ordem psicológica, quanto física ou comportamental (COOPER; DEWE. O'DRISCOLL, 2001; JEX; BRITT, 2008).

Tais estressores, portanto, se mostram associados a vários aspectos desafiadores do trabalho e no que tange aos docentes brasileiros podem estar sendo produzidos a partir da própria precariedade das condições laborais a que se encontram submetidos. A título de ilustração, os resultados da pesquisa *Teaching and Learning International Survey* - TALIS

referentes aos anos de 2013 e 2018 (OECD, 2014; 2019) trazem dados que indicam, de forma comparativa a outros países, as dificuldades com que se defrontam os professores no Brasil. As informações para o ano de 2013, por exemplo, (OECD, 2014), apontaram que os professores brasileiros se encontravam entre aqueles que despendiam maior tempo em atividades de ensino (seis horas a mais do que a média de outros países participantes da pesquisa), além de outras como correção de trabalhos e orientação de alunos (10% a 22% a mais que a média TALIS). Sua carga horária foi inferior aos demais apenas em termos de atividades administrativas. As salas de aula no país se mostraram mais cheias (31 alunos por sala, comparados à média de 24 alunos por sala, em outros países) e os docentes relataram demandar 20% do tempo de aula para manutenção da disciplina entre os alunos (contra a média de 13% em outros países). Quanto aos dados relativos ao ano de 2018 (TALIS 2018 – OECD, 2019), sinalizaram que apenas 11% dos docentes no Brasil consideravam sua profissão socialmente valorizada, contra a média de 26% daqueles de outros países.

Tais dados contribuem para refletir sobre a relevância de estudos sobre o tema no Brasil, com o intuito de clarificar como esse problema tem se caracterizado em diferentes regiões do país. Adicionalmente, autores como Araújo, Pinho e Masson (2019) têm discutido, ao proporem uma agenda para os estudos na área, que algumas questões como a discussão das diferenças de gênero na relação entre saúde e trabalho precisam estar mais presentes nas pesquisas. Assim, com base no exposto e compreendendo-se, ainda, os desdobramentos indesejáveis que o estresse ocupacional pode ocasionar tanto em termos de produção de mal-estar dos trabalhadores, quanto de prejuízos ao desempenho das instituições (PAIVA; GOMES; HELAL, 2015), o que nesse caso específico significam prejuízos para a própria qualidade do ensino, foi formulado o objetivo da presente pesquisa. Este consistiu em analisar os estressores psicossociais presentes no trabalho dos docentes da educação básica da rede estadual no Sul de Minas Gerais, avaliando as diferenças de percepção dos estressores de acordo com o gênero e o nível de renda. A inclusão dessa última variável se pautou pelo fato de que tem sido também pouco explorada nos estudos sobre o estresse ocupacional, não obstante a contribuição que pode representar no sentido de se refletir sobre o papel que a remuneração pode estar desempenhando nesse processo, principalmente ao se considerar o estudo de Birolim et al. (2019) que observou a existência de uma relação entre a percepção de baixa remuneração com o trabalho de alta exigência entre docentes da educação básica.

Para o seu desenvolvimento, o estudo tomou como base o modelo de Cooper, Dewe e O’Driscoll (2001) que propuseram seis principais categorias de estressores ocupacionais, quais sejam: fatores associados à natureza do trabalho; papéis organizacionais;

relacionamento interpessoal no trabalho; insegurança na carreira; conflito trabalho-família e características organizacionais. A opção pelo referido modelo propiciou a abordagem de um número mais amplo de estressores comparativamente aos demais estudos brasileiros (e.g. BIROLIM et al., 2019; PEREIRA et al., 2014;), uma vez que boa parte desses últimos têm se fundamentado no modelo Demanda/Controle de Karasek, o qual não abarca discussões como insegurança na carreira e conflito trabalho-família, por exemplo, apesar de se constituírem em questões relevantes para a compreensão do processo de estresse na atualidade das organizações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Saúde mental no trabalho pode ser compreendida como bem-estar e felicidade no ambiente laboral. Quando não há experiências positivas, o indivíduo pode sofrer com o estresse no seu local de trabalho. Esse tipo de estresse ocorre quando a demanda de trabalho é vista como situação estressora, dificultando o ato de enfrentamento individual e causando impactos negativos (PASCHOAL; TAMAYO, 2004). A partir do advento da reestruturação produtiva e as mudanças que implicou no mundo do trabalho, os modelos de gestão se diferenciaram, com maior foco no trabalho em equipe, aumento da demanda por trabalhadores de múltiplas aptidões e altas taxas de emprego temporário, os quais contribuiram para resultar em elevação das taxas de estresse laboral. Expressão essa não somente usada para designar o processo, mas também o conjunto de reações físicas e psíquicas provocadas pela vivência de condições adversas no ambiente organizacional (FERREIRA; ASSMAR, 2008).

Historicamente, as pesquisas sobre o estresse laboral tiveram início nos anos de 1950 e 1960, com temas como fadiga e higiene mental, pois foram moldados pelos requerimentos da Primeira Guerra Mundial e refletiam mudanças socioeconômicas da época, abrindo brecha para pesquisa psicológica no trabalho (COOPER; DEWE; O'DRISCOLL, 2001). Na Psicologia, o conceito evoluiu no sentido de se entender que a reação dos sujeitos, com respostas diversas mediante a mesma condição, demandava que fossem consideradas as diferenças individuais que intervinham entre o estressor e sua respectiva reação (LAZARUS, 1993). Tal perspectiva, denominada transacional, emergiu com o modelo de estresse e *coping*, de Lazarus e Folkman, consistindo em um clássico na literatura da área (FOLKMAN, 1984) e trazendo para o conceito de estresse uma característica relacional, que se manifesta na interação entre o indivíduo e o ambiente. Tal interação pode ser ou não avaliada pelo indivíduo como algo que exceda seus recursos pessoais, gerando uma sobrecarga que venha a

ameaçar o seu bem-estar, de modo que o significado de dado evento dá-se por um chamado processo de avaliação cognitiva, o qual se compõe de duas etapas, a saber, a avaliação primária e a avaliação secundária. Na primeira, avalia-se o significado que assume uma troca com o ambiente em termos de consequências para o bem-estar e na segunda avaliam-se os recursos para fazer face àquela condição.

Assim, a perspectiva transacional informa o estresse como uma espécie de ‘estado cognitivo dinâmico’, em um processo contínuo de interação sujeito-ambiente (SAMPAIO; GALASSO, 2013; MORIN; AUBÉ, 2009; COOPER; DEWE; O’DRISCOLL, 2001), de modo que não é propriedade apenas do indivíduo e nem tampouco somente do ambiente. Tal característica orientada ao processo, além de indicar a referida dinamicidade, também aponta que a interação é bidirecional, ou seja, tanto o sujeito como o ambiente atuam um sobre o outro.

A partir da emergência de tal perspectiva, a abordagem transacional passou a nortear uma série de pesquisas, contribuindo com um novo olhar para o entendimento do fenômeno (COOPER; DEWE; O’DRISCOLL, 2001). Partindo de tal abordagem, Cooper e colaboradores (e. g. COOPER; MARSHALL, 1976; COOPER; DEWE; O’DRISCOLL, 2001) propuseram um modelo que buscou explicitar as fontes de tensão laboral, elencando os principais estressores e descrevendo a relevância de se enfatizar nas pesquisas a percepção do sujeito sobre a medida em que se sentiam por eles afetados (COOPER; DEWE; O’DRISCOLL, 2001).

Nessa vertente, os referidos autores reuniram um conjunto de estressores clássicos, que já vinham sendo estudados por vários autores. Os estressores relacionados ao papel na organização, por exemplo, estão presentes desde os primeiros estudos no campo, sendo os mais evidenciados nas pesquisas. Envolvem comportamentos e demandas em uma dada ocupação, que podem trazer situações de ambiguidade, conflito, sobrecarga (COOPER; DEWE; O’DRISCOLL, 2001; JEX; BRITT, 2008; SEMMER; MEIER; BEEHR, 2015) e dificuldades relacionadas ao grau de responsabilidade na função. Os fatores intrínsecos ao trabalho ou, conforme denominado por Semmer, Meier e Beehr (2015), o trabalho em si e as condições em que é realizado, abrangem estressores de natureza física ou psicossocial, associados ao desempenho de tarefas (conteúdo do trabalho) e ao ambiente de trabalho. O relacionamento interpessoal se manifesta como estressor pela má qualidade das relações estabelecidas no espaço organizacional e pela ausência de suporte social no trabalho (COOPER; DEWE; O’DRISCOLL, 2001; JEX; BRITT, 2008; SEMMER; MEIER; BEEHR, 2015), sendo também referido como conflito interpessoal (JEX; BRITT, 2008); enquanto o

desenvolvimento da carreira pelas questões de segurança no emprego, falta ou excesso de promoções e falta de oportunidades de realização de objetivos profissionais. Os fatores organizacionais, por sua vez, concernem a aspectos da cultura, clima e estilo de gestão organizacional e, a interface trabalho-família, à administração das demandas do trabalho com os deveres e responsabilidades familiares (COOPER; DEWE; O'DRISCOLL, 2001; JEX; BRITT, 2008).

Tal modelo está sendo empregado para o desenvolvimento desse estudo e suas contribuições seguem relevantes, dado que na atualidade o estresse ocupacional segue como um problema que atinge cada vez mais a população dentro das organizações de trabalho, prejudicando o bem-estar do trabalhador e gerando impactos nas instituições. Considerando-se que a maioria dos indivíduos passa a maior parte do tempo em seu local de trabalho, e em muitos casos estes não se encontram em um ambiente propício para uma boa saúde física e mental (WEBER *et al.*, 2015), tem-se a dimensão que assume esse problema.

Refletindo mais especificamente sobre o âmbito da docência, segundo Reis *et al.* (2005), os professores, por terem contato direto com as pessoas e terem alto teor de responsabilidades, estão mais propensos a conflitos em seu dia a dia e ao excesso de trabalho, tais como dupla ou tripla jornada e até problemas com estudantes que podem ir de ameaças verbais até físicas. Martins (2007) denota que muito além da desvalorização, têm-se outros fatores que atuam na origem do estresse nessa categoria ocupacional, como a infraestrutura precária das escolas e deficiências em termos de material didático, que contribuem para deteriorar o desempenho desse profissional. Tais fatores, que podem assumir a condição de estressores ocupacionais, quando excessivos contribuem para desencadear danos à saúde e também à qualidade das relações sociais, prejudicando a interação professor-aluno.

Ademais, cumpre destacar que, a exemplo do que ocorre no mundo do trabalho, de modo geral, em que a questão das desigualdades de gênero representam domínios e oportunidades diferentes para homens e mulheres, no setor educacional essa se manifesta de diferentes maneiras. Primeiramente pela predominância de mulheres que ocupam o cargo de docentes na educação básica. Em uma pesquisa realizada pela Unesco (2004) sobre o perfil dos professores, foi constatado que mais de 80% deles são do sexo feminino. Além disso, a concentração de mulheres tende a ser maior na educação básica de nível fundamental, com uma presença masculina maior no nível médio e no ensino superior, sendo que essa dominância feminina tem explicação histórica. Segundo Araújo *et al.* (2006), no Brasil mulheres foram “convidadas” a exercer a função de professoras, isso porque entendeu-se que o ato de educar era de estrita responsabilidade feminina, relacionando a profissão com

atividades maternas, ou seja, cuidado com os outros. Neves, Brito e Muniz (2019) destacam que:

Frente à necessidade progressiva de expansão da rede de ensino brasileira, decorrente do processo de urbanização e industrialização em curso, verifica-se que os homens se retiram gradualmente no início do século XX do exercício da docência no Ensino Fundamental, que passa a ser considerado como “trabalho de mulher”. Contudo, o processo de feminização do magistério se deve não apenas à paulatina presença maciça das mulheres, mas também por se atrelar a certa maneira tida como feminina de percebê-lo e exercê-lo, sedimentando assim um determinado tipo de fazer (NEVES; BRITO; MUNIZ, 2019, p.2).

Observando a fragilidade que o ofício proporciona e o fato de que, em sua grande maioria, as mulheres ficam responsáveis pelo trabalho doméstico, além do trabalho remunerado, o que caracteriza a jornada dupla de trabalho, essa carga horária maior pode favorecer a percepção maior de estressores entre as mulheres. Como reflexos dessa excessiva carga de trabalho, que se traduz em falta de tempo livre para descansar, dormir e se alimentar bem, ocorrem os desdobramentos sobre a saúde, dentre os quais costumam ser elencados a ansiedade, os transtornos mentais comuns, o *burnout* e uma série de sintomas físicos, com destaque para as dores osteomusculares e os problemas vocais (ARAÚJO *et al.*, 2006).

No que tange às questões de renda/remuneração, trata-se de uma variável cujos reflexos sobre a percepção de estressores por docentes da educação básica não têm sido muito explorados nos estudos. Pesquisa de Birolim *et al* (2019) observou que houve relação entre a percepção de baixa remuneração por parte de docentes com a variável trabalho de alta exigência, presente no modelo de Karasek, o que segundo os autores seria compreensível, haja vista que os professores da educação básica, para auferir um incremento em sua renda, se veem na condição de ter que acumular um grande número de turmas e muitas vezes em mais de uma escola, ocasionando a já referida sobrecarga de trabalho e aumentando a vulnerabilidade aos problemas de saúde. Nesse sentido, estudo de Machado e Limongi (2019), embora não tenham estudado especificamente os estressores no trabalho docente, verificaram a associação de renda com problemas de saúde normalmente ligados ao estresse, como os transtornos mentais comuns, reforçando os achados de Birolim *et al.* (2019) e fortalecendo a importância de incluir essa variável nos estudos.

3. METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma pesquisa descritiva e quantitativa, para a qual foram utilizadas técnicas padronizadas (questionários) para a coleta das informações junto aos participantes. A população se constituiu de 790 docentes atuantes em 20 escolas da rede

estadual, situadas na região no Sul de Minas Gerais. A amostra, não probabilística por conveniência, ou seja, aquela que reúne indivíduos disponíveis para a realização do estudo, não tendo sido selecionados por critérios estatísticos (FREITAG, 2018), envolveu um total de 452 docentes, que atuavam em 19 das 20 escolas contatadas para os procedimentos de levantamento de informações. O perfil sociodemográfico dos docentes desta amostra se caracterizou por uma faixa etária predominante de 31 a 50 anos; sendo a maioria do sexo feminino (72%), com variação salarial de 1 a 5 salários-mínimos. Desses docentes, grande parte possuía especialização (52%) e cargo efetivo (63%), sendo a maioria atuando em mais de uma escola (53,2%).

Os instrumentos utilizados para o levantamento de informações foram a Escala para Avaliação de Estressores Psicossociais no Contexto Laboral (EAEPCL) e um formulário sociodemográfico e laboral. Este último apresentou uma série de questões, que foram desde a sua idade, sexo, renda e nível de escolaridade, até o número de escolas em que atuava no momento da pesquisa. A EAEPCL, por sua vez, trata-se de instrumento construído por Ferreira *et al.* (2015), tomando como base o modelo de Cooper, Dewe e O’Driscoll (2001) para o estudo de estressores, o qual apresenta 35 itens que são alocados em sete fatores ou dimensões (conflito e ambiguidade de papéis; sobrecarga de papéis; falta de suporte social; insegurança na carreira; falta de autonomia; conflito trabalho-família; pressão do grau de responsabilidade). Tais dimensões serão descritas na seção de análise e resultados. As respostas aos itens são dadas por meio de uma escala do tipo Likert, com um intervalo de 6 pontos, onde 1 se refere a “Nunca me afeta” e 6 a “Sempre me afeta”.

Os dados utilizados neste trabalho são parte de um projeto maior, intitulado “Docentes e Saúde Psíquica no Trabalho”, o qual foi registrado no Comitê de Ética em Pesquisa da instituição à qual se encontra vinculado, sob o número 3.156.204. A coleta desses dados foi realizada entre os meses de fevereiro e junho, do ano de 2019, de forma presencial nas escolas, fazendo uso de questionários impressos, que foram distribuídos aos docentes, acompanhados de instruções para o seu preenchimento. A todos os participantes foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido para assinatura, em que foi assegurada a sua livre participação bem como a confidencialidade da pesquisa. Ao final do processo, resultou um total de 452 questionários preenchidos, tendo sido necessária a exclusão de 14 deles por irregularidades no preenchimento.

As análises estatísticas utilizadas foram processadas pelo programa SPSS (*Statistical Package for Social Science*), em sua versão 21. Foram desenvolvidos cálculos de médias e

desvio padrão, análises de frequência, testes *t* e análises de correlação, conforme será descrito, a seguir, nos resultados.

4. RESULTADOS

Para a análise da percepção pelos docentes dos estressores psicossociais presentes em sua atividade, de forma comparativa de acordo com o gênero, foram realizados, primeiramente os cálculos de média (e desvio padrão) para cada um dos sete estressores mensurados pela EAEPCL, gerando escores separados para respondentes mulheres e homens. No intuito de avaliar em que medida as diferenças encontradas entre as médias possuía significância estatística, foi então aplicado o teste *t*.

Conforme mostra a tabela 1, as médias que descreveram a percepção dos estressores pelos docentes oscilaram entre 2,30 e 3,95 para mulheres e entre 2,30 e 3,79 para os homens, mostrando-se, portanto, muito próximas. Os resultados fornecidos pelo teste *t* mostraram que as diferenças existentes não chegavam a ser significativas do ponto de vista estatístico, dado que os níveis de significância apresentaram valores acima do limite de rejeição ($p < 0,05$). Portanto, o conjunto dos resultados assinalou que não havia base estatística para se afirmar que os estressores psicossociais tenham sido percebidos de maneira diferenciada quanto ao gênero, junto aos participantes desse estudo.

Avaliando-se, portanto, os estressores aqui focalizados, tanto os homens quanto as mulheres tenderam a atribuir medidas similares de impacto em termos de prejuízo ao seu bem-estar ao responderem ao questionário. Em outras palavras, perceberam que os estressores os afetavam em intensidade muito próxima. A partir dessa constatação, nota-se que alguns estressores emergiram de forma mais problemática para ambos o sexos e dentre eles se destaca a sobrecarga de papéis, que se encontra relacionada às demandas de trabalho que o indivíduo recebe, como por exemplo, ter que sempre estar atualizado, ser multitarefas, ter mais foco em determinadas épocas do ano, entre outras.

Tabela 1- Análise comparativa de estressores psicossociais entre docentes de acordo com o gênero

Estressores	Mulheres		Homens		Teste T	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão		
Conflito e ambiguidade de papéis	2,96	1,35	2,96	1,24	t=-0,32	p=0,97
Sobrecarga de papéis	3,95	1,22	3,79	1,35	t= -1,02	p= 0,31
Falta de suporte social	2,30	1,04	2,30	1,04	t= 0,02	p= 0,98
Insegurança na carreira	3,63	1,13	3,58	1,29	t= -0,29	p= 0,77
Falta de autonomia	3,30	1,45	3,15	1,36	t= -0,85	p= 0,39

Conflito trabalho/família	3,72	1,16	3,54	1,22	t= -1,28 p= 0,20
Pressão do grau de responsabilidade	3,70	1,29	3,74	1,31	t= 0,24 p= 0,81

Fonte: dados da pesquisa.

Tal resultado faz muito sentido ao examinar o que discute a literatura da área em termos de intensificação do trabalho dos professores (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019; ASSUNÇÃO; ABREU, 2019), retratada em dados como o da referida pesquisa TALIS 2013 (OECD, 2014) que evidenciou como os docentes no Brasil se posicionavam com a maior média de tempo em atividades de ensino, correção de trabalhos e orientação de alunos, quando comparados aos de outros países. Assim, o resultado aqui obtido vem reforçar tais achados anteriores, incluindo o de outros estudos no tema (e.g. REIS *et al.*, 2005; VALLE; REIMÃO; MALVEZZI, 2011) e sinalizando que essa sobrecarga tem sido percebida pelos docentes atuantes no Sul de Minas Gerais, independente do gênero, como um dos estressores que mais os afetam, ocasionando-lhes mal-estar.

Não se pode deixar de notar, ainda, que o conflito trabalho-família, que também se colocou entre os estressores mais desafiadores para esses docentes, guarda estreita relação com a sobrecarga de papéis, uma vez que essa última se coloca como uma das razões pelas quais tal conflito é produzido. Isso porque o referido estressor se refere à dificuldade da pessoa em administrar as demandas de seu trabalho sem que interfira no espaço do lar e da família, acarretando inseguranças como falta de tempo na vida pessoal por causa do trabalho, dificuldades para cuidar da família devido às atividades remuneradas e trabalhar em casa. Esse resultado salienta, também, uma das contribuições do presente estudo ao evidenciar a relevância que assume para os docentes o conflito trabalho-família, variável ainda pouco explorada nos estudos nacionais junto a essa categoria profissional, como já apontavam Araújo, Pinho e Masson (2019).

No que tange à pressão do grau de responsabilidade, também entre os estressores mais destacados pelos participantes dessa pesquisa e igualmente pouco explorado em estudos anteriores junto aos docentes da educação básica, trata de questões referentes a como as pessoas lidam quando têm responsabilidade alta ou baixa, sobre coisas (equipamentos, máquinas) ou pessoas. A análise da média mostra que homens e mulheres se sentem mais afetados por esse estressor por ter receio de cometer erros em seu trabalho que possam vir a ter impacto na vida de alunos e/ou colegas de trabalho.

Por fim, destacando-se, ainda, entre os principais estressores que os respondentes relataram gerar algum tipo de incômodo, a insegurança na carreira, remete a aspectos de

estabilidade do emprego, preocupações com as mudanças no trabalho, permanência no cargo, entre outros. Envolve, portanto, uma discussão muito atual, haja vista a insegurança que tem caracterizado os vínculos institucionais de vários trabalhadores (COOPER; DEWE; O'DRISCOLL, 2001), inclusive de boa parte dos participantes dessa pesquisa, uma vez que, como visto, 37% deles atuam em condições de contratação temporária, caracterizando a precariedade de suas condições materiais de trabalho.

Quanto aos demais estressores, como falta de autonomia e, especialmente, conflito e ambiguidade de papéis e falta de suporte social, pode-se perceber que descreveram fatores que os respondentes caracterizaram como questões que não lhes representavam incômodo com muita frequência.

Tomando, por sua vez, as análises que focalizaram a percepção dos estressores em sua relação com a renda mensal, o coeficiente de correlação de Pearson se mostrou significativo apenas para o estressor que descreveu a insegurança na carreira ($r = -0,25$), já que a associação com o suporte social, embora próxima ao limite da rejeição ($r = -0,11$; $p = 0,06$) não apresentou significância estatística e para os demais esteve muito próxima a zero, indicando uma correlação nula (Tabela 2).

Tabela 2- Correlação entre o nível de renda e a percepção de estressores psicossociais entre docentes

Estressores	Renda	
	Correlação de Pearson	Significância
Conflito e ambiguidade de papéis	$r = -0,06$	$p = 0,259$
Sobrecarga de papéis	$r = -0,04$	$p = 0,602$
Falta de suporte social	$r = -0,11$	$p = 0,051$
Insegurança na carreira	$r = -0,25$	$p = 0$
Falta de autonomia	$r = 0,05$	$p = 0,409$
Conflito trabalho/família	$r = 0,01$	$p = 0,833$
Pressão do grau de responsabilidade	$r = -0,04$	$p = 0,493$

Fonte: dados da pesquisa

Deve-se salientar que a relação observada entre o nível de renda e a insegurança na carreira se caracterizou como negativa, o que sinaliza que entre os docentes com menores níveis de renda a percepção do referido estressor tendeu a ser maior. Tal achado se mostra coerente com a realidade, pois em condições de menor renda, a instabilidade em termos de permanência no cargo e de mudanças organizacionais tende a afetar mais os sujeitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar os estressores psicossociais presentes no trabalho dos docentes da educação básica da rede estadual no Sul de Minas Gerais, avaliando as diferenças de percepção dos estressores de acordo com o gênero e o nível de renda. Os resultados obtidos indicaram que, ao contrário do esperado, não houve diferença de percepção sobre os estressores entre professores do sexo feminino e masculino e que ambos os grupos identificaram como os estressores mais problemáticos a sobrecarga de papéis, o conflito trabalho-família, a pressão do grau de responsabilidade e a insegurança na carreira. Além disso, dentre esses, o único estressor cuja percepção se mostrou associada ao nível de renda foi aquele que tratou da insegurança na carreira.

Ponderando sobre tais achados, cumpre refletir que contribuíram para a discussão no tema tanto ao corroborar discussões anteriores que já indicavam a sobrecarga de papéis como um dos principais estressores entre os docentes (REIS., 2005; VALLE; REIMÃO; MALVEZZI, 2011), quanto no sentido de trazer novos olhares sobre a questão ao evidenciar o conflito trabalho-família, a pressão do grau de responsabilidade e a insegurança na carreira como estressores que também têm afetado os docentes, embora estejam, em grande medida, ausentes das pesquisas no contexto da educação básica. Uma das exceções se situa no estudo de Carlotto *et al.* (2018) que também haviam identificado o conflito trabalho-família como um estressor relevante para os docentes da educação básica, cumprindo esclarecer que os referidos autores realizaram estudo de natureza qualitativa, no que tiveram a possibilidade de ouvir os docentes expressarem verbalmente as suas principais fontes de tensão no trabalho. Considerando, entretanto, que a depender dos propósitos das pesquisas, tanto em termos de desenho, quanto de tamanho da população envolvida, a pesquisa qualitativa se torna inviável, urge considerar a pertinência de que o conflito trabalho-família passe a ser incluído nos levantamentos quantitativos sobre estressores junto a essa categoria profissional, especialmente no que se refere aos estudos epidemiológicos que, no Brasil, têm se ancorado em grande medida no modelo de Karasek para o estudo do estresse, sendo que nesse último o referido estressor não é contemplado.

Ademais, a pressão do grau de responsabilidade e a insegurança na carreira seguem como questões silenciadas quando se trata do estudo de estressores da docência na educação básica e o presente estudo permite refletir sobre sua importância para uma compreensão mais ampliada da questão do estresse nesse contexto de trabalho. Nessa vertente, Araújo, Pinho e Masson (2019) já haviam indicado a necessidade de se ampliar o foco sobre determinados

aspectos do trabalho como a gestão, a organização e o processo de trabalho, quando se trata de estudos sobre a saúde dos docentes, de maneira que se entende que o presente estudo trouxe algumas contribuições nesse sentido ao identificar alguns estressores relacionados à organização do trabalho, percebidos como fonte frequente de mal-estar entre docentes (estressores), representando, portanto, potencial para a produção de adoecimento entre esses profissionais e relevando a pertinência de que estudos futuros venham a contemplá-los em maior medida, permitindo o estabelecimento de um debate sobre os mesmos.

Ainda, no que se referiu à correlação observada entre o nível de renda e o fator insegurança na carreira, entende-se também uma contribuição do estudo no sentido de reafirmar a pertinência da inclusão dessa variável sociodemográfica (renda) nas pesquisas sobre o estresse e a saúde docente, fortalecendo uma via apontada em estudos anteriores como os de Birolim *et al.* (2019) e Machado e Limongi (2019) que também analisaram aspectos de remuneração/renda ao focar, respectivamente, a relação entre tal variável e o trabalho de alta exigência e a sua associação com a prevalência de transtornos mentais comuns entre os professores.

Dentre as limitações do estudo, destacam-se o uso de abordagem predominantemente quantitativa, que não possibilita um maior aprofundamento na discussão que seria viabilizado a partir de uma abordagem de acesso mais direto à expressão dos participantes, de modo que estudos futuros podem se beneficiar da utilização de técnicas de triangulação metodológica que permitam aliar a realização de entrevistas ou reuniões de grupo focal junto aos docentes à aplicação de questionários estruturados, como o que foi aqui utilizado. Nesse aspecto do instrumento de pesquisa adotado reside outra limitação do estudo, uma vez que a EAEPCL, embora tenha a vantagem de ter se fundamentado em modelo teórico sólido e apresentar uma possibilidade de análise de um número mais amplo de estressores e uma compreensão mais rica do fenômeno, é uma escala de aplicação geral, com possibilidade de utilização junto a diferentes contextos laborais, o que a limita no sentido de elucidar as especificidades do trabalho nas diferentes categorias ocupacionais. Assim, novas escalas para a mensuração de estressores no trabalho docente na educação básica, que apresentem as mesmas vantagens da EAEPCL, aliadas à contemplação das especificidades da profissão são demandadas no sentido de maior avanço na compreensão do processo de estresse junto a essa categoria em estudos futuros.

Por fim, deve-se salientar que os achados aqui obtidos não são generalizáveis para o conjunto dos docentes brasileiros, aplicando-se apenas ao caso das instituições envolvidas, as quais se situaram na região Sul de Minas Gerais. Desse modo, estudos futuros podem

contribuir para clarificar algumas questões aqui levantadas, observando em que medida os resultados seriam replicados em outras regiões do país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. M. *et al.* Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1117-1129, 2006.

ARAÚJO, T. M.; GRAÇA, C. C.; ARAÚJO, E. Estresse ocupacional e saúde: contribuições do Modelo Demanda-Controle. **Ciência e saúde coletiva**, v. 8, n.4, p. 991-1003, 2003.

ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; MASSON, M. L. V. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. 1-14, 2019.

ASSUNÇÃO, A. A.; ABREU, M. N. S. Pressão laboral, saúde e condições de trabalho dos professores da Educação Básica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, sup. 1, p. 1-16, 2019.

BIROLIM, M. M. *et al.* Trabalho de alta exigência entre professores: associações com fatores ocupacionais conforme o apoio social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 4, p. 1255-1264, 2019.

CARLOTTO, M. S. *et al.* Estressores ocupacionais e estratégias de enfrentamento. **Revista Subjetividades**, v. 18, n. 1, p. 92-105, 2018.

COOPER, C. L.; DEWE, P. J.; O'DRISCOLL, M. P. **Organizational stress: A review and critique of theory, research and applications.** London: Sage, 2001.

COOPER, C. L.; MARSHALL, J. Occupational sources of stress: a review of the literature relating to coronary heart disease and mental ill health. **Journal of Occupational Psychology**, v. 49, p. 11-28, 1976.

FARO, A.; PEREIRA, E. M. Medidas do estresse: uma revisão narrativa. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 14, n. 1, p. 101-124, 2013.

FERREIRA, M. C. *et al.* Escala para avaliação de estressores psicossociais no contexto laboral: construção e evidências de validade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 2, p. 340-349, 2015.

FERREIRA, M. C; ASMAR, E. M. L. Fontes ambientais de estresse ocupacional e *burnout*: tendências tradicionais e recentes de investigação. In: TAMAYO, A. (Org.). Estresse e cultura organizacional. São Paulo: **Casa do Psicólogo**, 2008.

FREITAG, R. M. K. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 2, p. 667-686, 2018.

FOLKMAN, S. Personal control and stress and coping processes: a theoretical analysis. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 46, p. 839-852, 1984.

GOMES, A. R. *et al.* Problemas e desafios no exercício da actividade docente: Um estudo sobre o estresse, “*burnout*”, saúde física e satisfação profissional do 3º ciclo do ensino secundário. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 19, n. 1, p. 67-93, 2006.

JEX, S. M.; BRITT, T. W. **Organizational psychology: a scientist-practitioner approach**. 2. ed. John Wiley & Sons: New Jersey, 2008.

JOHNSON, S. *et al.* The experience of work-related stress across occupations. **Journal of Managerial Psychology**, v. 20, n. 2, p. 178-187, 2005.

KOURMOUSI, N.; ALEXOPOULOS, E. C. Stress sources and manifestations in a nationwide sample of pre-primary, primary, and secondary educators in Greece. **Front Public Health**, v. 4, n. 73, p. 1-9.

LAZARUS, R. S. From psychological stress to the emotions: a history of changing outlooks. **Annual review of psychology**, v. 44, n. 1, p. 1-21, 1993.

MACHADO, L. C.; LIMONGI, J. E. Prevalência e fatores relacionados a transtornos mentais comuns entre professores da rede municipal de ensino, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 17, n. 3, p. 325-34, 2019.

MARTINS, M. G. T. Sintomas de stress em professores brasileiros. **Revista Lusófona de Educação**, n. 10, p. 109-128, 2007.

MORIN, E. M.; AUBÉ, C. **Psicologia e gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.

NEVES, M. Y. R.; BRITO, J. C.; MUNIZ, Hélder Pordeus. A saúde das professoras, os contornos de gênero e o trabalho no Ensino Fundamental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00189617, 2019.

OCDE. Resultados da pesquisa TALIS Brasil 2013. OCDE, 2014. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/school/TALIS-2013-country-note-Brazil-Portuguese.pdf>
Acesso em: 20. Jul. 2020.

OECD. TALIS Brasil 2018 Results. OECD Publishing, 2019. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/talis-2018-results-volume-i-1d0bc92a-en.htm> Acesso em: 20 jul. 2020.

PAIVA, K. C. M.; GOMES, M. A. N.; HELAL, D. H. Estresse ocupacional e síndrome de *burnout*: proposição de um modelo integrativo e perspectivas de pesquisa junto a docentes do ensino superior. **Gestão & Planejamento**, v. 16, n. 3, p. 285-309, 2015.

PASCHOAL, T.; TAMAYO, Á. Validação da escala de estresse no trabalho. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, n. 1, p. 45-52, 2004.

PEREIRA, E. F. *et al.* Estresse relacionado ao trabalho em professores de educação básica. **Ciencia & Trabajo**, ano 16, n. 51, p. 206-210, 2014.

PEREIRA NETO, J. C.; LONDERO-SANTOS, A.; NATIVIDADE, J. C. Estressores da docência como preditores do bem-estar de professores do ensino fundamental. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 3, p. 679-686, 2019.

REIS, E. J. F. B. *et al.* Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, p. 1480-1490, 2005.

SAMPAIO, J. R.; GALASSO, L. M. R. Stress no mundo do trabalho: trajetória conceitual. In: LIMONGI-FRANÇA, A.C.; RODRIGUES, A. (2007) **Stress e Trabalho: uma abordagem psicossomática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SEMMER, N. K; MEIER, L. L; BEEHR, T. Aspectos sociais do trabalho: mensagens sociais diretas e indiretas que transmitem respeito ou desrespeito. In: ROSSI, A. M.; MEURS, J.; PERREWÉ, P. (Orgs.). **Stress e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Atlas, 2015.

UNESCO. O perfil dos professores: o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo: Moderna; 2004. Disponível em: <
<https://unesdoc.unesco.org/images/0013/001349/134925por.pdf> <. Acesso em: 13 ago. 2020.

VALLE, L. E. R; REIMÃO, R.; MALVEZZI, S. Reflexões sobre psicopedagogia, estresse e distúrbios do sono do professor. **Revista de Psicopedagogia**, v. 28, n. 87, p. 237-245, 2011.

WEBER, L. N. D. *et al.* O estresse no trabalho do professor. **Imagens da educação**, v. 5, n. 3, p. 40-52, 2015.

ZANELLI, J. C. Estresse nas organizações de trabalho. In: BENDASSOLI, P.; BORGESANDRADE, J. E. Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

ROSA, L. S; CARVALHO, V. D. Vivência de Estressores Psicossociais no Trabalho Docente em Escolas Públicas. **Rev. FSA**, Teresina, v.18, n. 12, art. 6, p. 107-123, dez. 2021.

Contribuição dos Autores	L. S. Rosa	V. D. Carvalho
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X